

A HISTÓRIA INDÍGENA NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

Rian Eduardo Diedrich¹, Neli Teresinha Galarce Machado²
Patrícia Schneider³, Luize de David Rodrigues Milanêz⁴

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.17276>

Submetido em: 29/5/2025

Aceito em: 31/10/2025

Publicado em: 25/11/2025

RESUMO

Este artigo analisa como a história indígena é representada nos portais institucionais das prefeituras do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, região ocupada por grupos Jê desde o século 9º e pelos Guaranis entre os séculos 14 e 19, conforme evidências arqueológicas e etno-históricas. Parte-se da hipótese de que os processos de contato violento, somados às dinâmicas colonizatórias, contribuíram para o apagamento da memória indígena nas narrativas oficiais, apesar das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008). A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise de conteúdo categorial aplicada aos textos disponíveis nos sites das 36 prefeituras da região, cruzando esses dados com literatura arqueológica, historiográfica e estudos críticos sobre memória social. Os resultados revelam que a maioria dos portais omite ou trata de forma superficial a presença indígena, reproduzindo discursos centrados na colonização europeia e negligenciando os processos históricos de ocupação pré-colonial e as consequências do contato interétnico. Foram identificadas quatro dimensões críticas nas narrativas institucionais: poder, informação, negação e representatividade. Conclui-se que há uma desconexão entre o conhecimento científico produzido sobre a ocupação indígena e sua circulação pública, o que reforça práticas de apagamento e exige a construção de estratégias para a inclusão qualificada da história indígena na esfera pública local.

Palavras-chave: história indígena; Vale do Taquari; Prefeituras.

INDIGENOUS HISTORY IN THE TAQUARI VALLEY, RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

This article analyzes how Indigenous history is represented on the institutional websites of municipal governments in the Taquari Valley, Rio Grande do Sul, a region occupied by Jê groups since the 9th century and by Guaraní groups between the 14th and 19th centuries, according to archaeological and ethnohistorical evidence. It is based on the hypothesis that processes of violent contact, combined with colonization dynamics, contributed to the erasure of Indigenous memory from official narratives, despite the guidelines established by Law No. 11,645/2008 (Brasil, 2008). The research adopts a qualitative approach, applying categorical content analysis to texts available on the websites of the region's 36 municipal governments and cross-referencing these data with archaeological and historiographical literature and critical studies on social memory. The results indicate that most municipal websites omit Indigenous presence or address it superficially, reproducing narratives centered on European colonization while neglecting processes of pre-colonial occupation and the consequences of interethnic contact. Four critical dimensions were identified in the institutional narratives: power, information, negation, and representativeness. The study concludes that there is a disconnection between the scientific knowledge produced on Indigenous occupation and its public circulation, reinforcing practices of historical erasure and calling for strategies to ensure the qualified inclusion of Indigenous history in the local public sphere.

Keywords: indigenous history; Vale do Taquari; Municipal governments.

¹ Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0003-4964-5555>

² Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>

³ Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0001-6727-9793>

⁴ Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0004-9520-984X>

INTRODUÇÃO

Estudos arqueológicos e documentos históricos mostram que a presença indígena na região antecede a chegada dos imigrantes europeus e que esses primeiros colonizadores tiveram contato direto com as populações originárias. A forma, no entanto, como essa história é narrada nas escolas, nos discursos do poder público e na memória coletiva das comunidades, estabelecidas após o século 19, sugere uma desconexão entre o presente e esse passado indígena. Essa lacuna na construção histórica levanta a questão do apagamento da memória indígena na região, apesar da existência da Lei nº 10.639 (Brasil, 2023b), que trata da inclusão da história e cultura indígena nos currículos escolares.

Localizado no Estado do Rio Grande do Sul, o Vale do Taquari compreende os biomas da Mata Atlântica e do Pampa, cujas características ecológicas influenciaram as práticas de subsistência e organização social dos grupos indígenas. A ocupação da região inclui sociedades baseadas na caça e na coleta bem como populações agrícolas, como os Jês e os Guaranis, cuja relação com o meio natural aparece nos registros arqueológicos e etno-históricos (Kreutz; Machado, 2017).

Este estudo parte da hipótese de que a violência nos processos de contato contribuiu para a marginalização da memória indígena, resultando na ausência ou na omissão desse passado na narrativa oficial. Para examinar essa hipótese, esta pesquisa analisa como a história indígena é apresentada nos portais institucionais das Prefeituras da região, avaliando a consistência teórica e a qualidade das informações disponíveis.

O problema de pesquisa deste estudo centra-se na investigação de como e por que a história indígena tem sido apagada ou marginalizada nos portais institucionais das prefeituras do Vale do Taquari, mesmo diante de evidências arqueológicas e históricas consolidadas, bem como da legislação que determina a inclusão da história e cultura indígenas nos currículos escolares, conforme a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003). Essa questão evidencia um descompasso entre o conhecimento produzido academicamente sobre os povos indígenas da região, como os Jês e os Guaranis, e a forma como esse passado é representado, ou, muitas vezes, omitido, nas narrativas oficiais veiculadas pelos municípios.

A pesquisa busca compreender os mecanismos que contribuem para essa lacuna, examinando criticamente as dimensões de poder, informação, negação e representatividade, de modo a identificar os fatores sociais, políticos e institucionais que influenciam a construção da memória histórica indígena no espaço público digital e como tais processos refletem a marginalização e a invisibilização de grupos historicamente subalternizados.

Evidências arqueológicas revelam que, a partir do século 9º, os grupos Jês ocuparam as áreas mais elevadas do Vale do Taquari, onde construíram habitações subterrâneas cobertas por ramos de palmeiras e exploraram os recursos das florestas de araucária. Os pinhões eram utilizados na alimentação, enquanto a madeira era empregada na fabricação de utensílios e ferramentas. Além disso, esses grupos produziam cerâmica voltada principalmente para o armazenamento de alimentos e líquidos (Kreutz *et al.*, 2018).

Conforme as pesquisas arqueológicas atuais (Schneider, 2014/2015, 2019), os Guaranis ocuparam a Região do Vale do Taquari entre o século 14 e o início do 19, estabelecendo-se, principalmente, em áreas de planícies. Desenvolveram práticas agrícolas e produziram artefatos

em pedra e cerâmica, incluindo vasilhas corrugadas utilizadas no cotidiano. Nas últimas décadas esses grupos têm sido objeto de pesquisa em estudos acerca da ocupação territorial, assentamento, colonização e manejo ambiental, com base em evidências arqueológicas e registros históricos.

A chegada dos europeus à costa brasileira intensificou a pressão sobre os territórios indígenas, alterando significativamente as dinâmicas de ocupação. Os sítios arqueológicos do Vale do Taquari fornecem informações a respeito desses processos e as formas de adaptação das populações indígenas ao longo do tempo. Desde os anos 2000 pesquisas arqueológicas adotaram metodologias mais sistemáticas, aprofundando a compreensão quanto aos indígenas na região e ampliando o conhecimento sobre os vestígios materiais.

Apesar dos avanços acadêmicos, a difusão desse conhecimento entre as comunidades locais enfrenta limitações, especialmente nos portais institucionais das prefeituras. A análise das informações divulgadas nesses meios mostra lacunas conceituais e deficiências metodológicas, comprometendo a representação da história indígena. Este estudo examina como as narrativas a respeito dos povos indígenas são estruturadas e divulgadas, identificando os desafios relacionados às dimensões do poder, da informação, da negação e da representatividade. A pesquisa busca, ainda, propor estratégias para uma abordagem mais precisa e contextualizada da herança cultural indígena no Vale do Taquari.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e analítica baseada na análise e na revisão sistemática de conteúdos institucionais. O objetivo é examinar como a história indígena é representada (ou apagada) nos portais das prefeituras do Vale do Taquari, compreendendo as narrativas construídas sobre as populações originárias da região. A coleta de dados envolveu a análise dos *sites* oficiais das 36 Prefeituras do Vale do Taquari, com o levantamento de textos, seções históricas e materiais institucionais disponíveis nesses portais. Foram utilizados descritores específicos, como “história indígena”, “primeiras ocupações humanas” e “populações indígenas”, a fim de identificar menções e representações dos povos originários.

Para garantir um mapeamento sistemático, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo categorial (Bardin, 2011), permitindo classificar as ocorrências em diferentes eixos temáticos, como invisibilização, marginalização, romantização e reconhecimento ativo da história indígena. A análise dos dados deu-se a partir da triangulação de fontes, combinando os dados primários – conteúdos coletados diretamente nos *sites* institucionais das prefeituras; as referências historiográficas e arqueológicas – trabalhos acadêmicos quanto à ocupação indígena no Vale do Taquari, especialmente aqueles que discutem a presença de povos Jês e Guaranis na região (Kreutz *et al.*, 2018; Wolf, 2016; Schneider, 2019; Secchi, 2017), e os estudos sobre apagamento histórico e políticas de memória – literatura crítica que discute a ausência e as distorções da história indígena em narrativas oficiais (Carié; Lima, 2018; Oliveira, 2023).

Dessa forma, a metodologia combina uma abordagem empírica, baseada na análise de documentos públicos, com um referencial crítico que permite contextualizar os achados no campo dos estudos históricos, arqueológicos e de memória social. Essa triangulação fortalece a interpretação dos resultados, reduzindo vieses e garantindo uma leitura mais aprofundada das

estratégias discursivas envolvidas na (des)construção da presença indígena nos portais oficiais da região.

A análise dos portais das prefeituras do Vale do Taquari foi conduzida a partir de critérios específicos para avaliar a forma como a história indígena é representada. Foram examinados os conteúdos disponíveis nas seções de Educação, Cultura e Turismo, considerando a presença ou ausência de informações acerca das populações indígenas que habitaram a região. Os critérios adotados incluíram: (i) a menção a grupos indígenas específicos, como os Jês e os Guaranis; (ii) a contextualização histórica dos processos de ocupação, contato e resistência; (iii) o uso de referências acadêmicas ou documentais na construção das narrativas; e (iv) a adequação das informações aos parâmetros da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena (Brasil, 2003).

A superficialidade das informações foi identificada quando os conteúdos apresentados eram genéricos, descontextualizados ou limitados a menções breves, sem aprofundamento sobre os povos originários, os modos de vida, os impactos da colonização e a presença na memória local. Além disso, foram analisadas as representações visuais disponíveis nos portais.

O Vale do Taquari, situado na porção central do Rio Grande do Sul, é composto por um conjunto de municípios influenciados pelo Rio Taquari. Atualmente, o Vale abrange 36 municípios, com área total de 4.825,4 km². De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Vale, 2022), a população total da região é de aproximadamente 363 mil habitantes. Os municípios que integram o Vale do Taquari são: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Brésia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sérió, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

O presente artigo tem como objetivo examinar a difusão da história indígena nos portais das Prefeituras do Vale do Taquari, analisando a natureza das informações conceituais divulgadas. Para isso, foram estabelecidas quatro dimensões analíticas: *poder*, *informação*, *negação* e *representatividade*, cada uma acompanhada de hipóteses específicas.

A primeira dimensão, *poder*, considera que a Prefeitura, como sede do Poder Executivo municipal, é gerida pelo prefeito e organizada em Secretarias. Os portais institucionais, criados e mantidos por esses representantes, servem como espaço digital para a disseminação de informações oficiais à comunidade. Nesse contexto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são vistas como um marco na promoção da cidadania, pois ampliam a participação social, aumentam a transparência e aprimoram a gestão pública. Dessa forma, as TICs incentivam uma administração mais democrática e participativa, fundamental para o fortalecimento da cidadania em uma sociedade cada vez mais conectada (Lima; Araújo, 2021; Dias; Sano; Medeiros, 2019).

A segunda dimensão, *informação*, analisa o conteúdo disponibilizado nos portais das Prefeituras a respeito do processo colonizatório, verificando se há associação entre os dados apresentados e a identidade cultural da comunidade. Os textos foram examinados quanto à estrutura, identificando se possuíam características descritivas, expositivas, científicas, publicitárias, dissertativas ou narrativas. A hipótese levantada é que o conteúdo textual e visual desses

portais carece de rigor ético e científico, falhando em representar de maneira adequada a diversidade étnica e racial brasileira.

A terceira dimensão, *negação*, destaca a tendência dos portais municipais em enfatizar uma origem étnica e racial para a população residente, geralmente a branca. Dessa maneira, a produção textual e visual desses espaços tende a ignorar ou até a negar a presença e a contribuição de outros povos na formação genealógica e étnica da região. A hipótese é que não há representatividade dos diversos grupos étnicos nos portais públicos, reforçando uma visão histórica excludente.

Por fim, a quarta dimensão, *representatividade*, aborda a importância de uma narrativa histórica que promova inclusão e igualdade, garantindo que indivíduos de diferentes origens étnicas, identidades e culturas sejam representados de forma equitativa. A representatividade étnica, cultural e racial em diversos contextos – sociais, trabalhistas, educacionais e políticos –, é um instrumento no combate à desinformação e ao preconceito, assegurando que todos os sujeitos históricos tenham seu devido reconhecimento. A Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2023b) determina que o ensino da História do Brasil deve contemplar a perspectiva das contribuições das matrizes africanas e indígenas. A hipótese levantada, no entanto, é que essa diretriz não tem sido seguida nos portais municipais, o que pode ser alarmante, pois indica que a legislação não está sendo cumprida de maneira adequada pelos municípios.

A análise teórica baseou-se na pesquisa contextual, que considera o contexto mais amplo, em que as informações são produzidas e divulgadas. Utilizou-se o método histórico de análise e síntese para compreender como as informações são estruturadas e apresentadas. A análise foi empregada para examinar qualitativamente os textos e imagens presentes nos portais das Prefeituras. Os dados foram categorizados e codificados conforme as quatro dimensões estabelecidas: poder, informação, negação e representatividade. A análise foi realizada de forma iterativa, com revisões e refinamentos contínuos para garantir a precisão e a robustez dos resultados.

A metodologia adotada permitiu uma compreensão abrangente de como a história indígena é tratada nos portais das Prefeituras do Vale do Taquari, proporcionando uma visão sobre a representatividade e a inclusão das narrativas históricas indígenas na esfera pública digital. A abordagem qualitativa foi escolhida por seu caráter transdisciplinar, utilizando abordagens analíticas e exploratórias. Para responder à questão norteadora da pesquisa foi realizada a coleta de dados por meio de rastreamento e monitoramento dos portais das 36 Prefeituras, considerados como fontes oficiais de informação.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 10 de outubro de 2023 a 19 de junho de 2024, definido com base na disponibilidade e atualização dos conteúdos digitais. A análise concentrou-se nos portais institucionais das Secretarias de Educação, Cultura e Turismo, selecionados por sua vinculação direta com as políticas públicas de memória, patrimônio e representações socioculturais. A categorização analítica, “poder”, “informação”, “negação” e “representatividade” deriva dos referenciais da historiografia crítica e dos estudos sobre memória social. Essa matriz interpretativa permite examinar a relação entre discurso institucional, gestão da informação, silenciamentos e modos de visibilização das populações indígenas no espaço público digital.

A categoria “poder” dialoga com as teorias de Michel Foucault a respeito do conhecimento como instrumento de dominação, refletindo o papel das Prefeituras como agentes na construção das narrativas históricas. “Informação” justifica-se pela necessidade de avaliar a qualidade e a profundidade dos conteúdos divulgados, considerando o compromisso dos entes públicos com a educação e a cultura. “Negação” está alinhada com os estudos sobre apagamento histórico e marginalização de grupos subalternos, como discutido por Walter Benjamin (1985), Achille Mbembe (2018), Frantz Fanon (1968), Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2017a,b, 2003, 2009). Já “representatividade” relaciona-se com os debates quanto à inclusão na historiografia e na memória coletiva, enfatizando a necessidade de ampliar as vozes indígenas nos discursos institucionais.

Para reforçar essa categorização, o artigo articula com estudos sobre a invisibilização de grupos sociais na história oficial e como essa divisão contribui para a análise crítica das narrativas presentes nos portais das Prefeituras, como Jacques Le Goff (1994) e Paul Ricoeur (2007).

A fundamentação teórica utilizada neste estudo baseia-se entre os autores citados supra somados a Cunha (1992), Oliveira (1999, 2003), Monteiro (1994), Pacheco de Oliveira e Quintero, (2020), Bispalez (2015), Eremites de Oliveira (2001, 2003, 2004, 2012), que oferecem contribuições para a historiografia indígena. A invisibilização indígena, tema central desta investigação, é compreendida a partir de referenciais teóricos que discutem a construção da memória histórica e os mecanismos de apagamento da presença indígena nas narrativas institucionais, como as de Ailton Krenak (1989, 2019), Daniel Munduruku (1997, 2006, 2016), David Kopenawa e Bruce Albert (2015), Gersem Baniwa (2010), Jaider Esbell (2018a,b, 2019), Márcia Kambeba (2018) e Eliane Potiguara (2018).

Estudos como os de Oliveira (2003) acerca da invenção da identidade indígena e a negação pelo Estado brasileiro, bem como as reflexões de Quijano (2005) e Santos (2007) sobre a colonialidade do saber e o epistemicídio, oferecem subsídios importantes para compreender a marginalização dos povos indígenas nos discursos históricos oficiais.

A discussão da memória coletiva, conforme abordada por Ricoeur (2007) e Halbwachs (1990), pode contribuir para a análise da ausência da história indígena nos registros municipais, evidenciando como a seletividade da memória social opera na construção de discursos oficiais. Além disso, os conceitos de silenciamento histórico, desenvolvidos por Trouillot (1995), auxiliam na compreensão das dinâmicas de exclusão e priorização de determinadas narrativas em detrimento de outras.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

A pesquisa está fundamentada em duas bases epistemológicas oriundas tanto da ciência histórica quanto da ciência arqueológica. Entende-se que os principais pontos de interesse por parte da comunidade e dos formadores de conteúdo digital, no que se refere às informações sobre as civilizações indígenas, residem no conhecimento produzido por esses dois campos científicos. É importante ressaltar, todavia, que são justamente essas áreas que frequentemente padecem da influência do senso comum e da ausência de rigor ético-científico.

No contexto brasileiro é recorrente observar indivíduos com variados níveis de formação acadêmica, ou até mesmo sem qualquer formação formal, assumindo a autoria de textos que

ostentam pretensa abordagem “histórica”, frequentemente recheados de fantasias e destituídos de qualquer compromisso teórico e metodológico com os preceitos estabelecidos pela historiografia e pela arqueologia. Este fenômeno, além de comprometer a integridade do conhecimento transmitido, suscita preocupações quanto à preservação da memória histórica e à promoção de um debate acadêmico construtivo e responsável.

A investigação da história indígena no Brasil ganhou impulso a partir da década de 1990, concomitante à expansão dos Programas de Pós-Graduação nas universidades brasileiras. Este desenvolvimento resultou no aumento das pesquisas focadas nos indígenas como agentes históricos ativos. Paralelamente, pesquisas arqueológicas começaram a destacar progressivamente as etnias indígenas. A história indígena é predominantemente orientada pela metodologia da etno-história, conforme estabelecido por especialistas da área (Trigger, 1982; Galdames, 1988; Eremites de Oliveira, 2003). Na década de 1990 houve crescente articulação entre antropólogos, arqueólogos e historiadores, que começaram a adotar novas perspectivas nas investigações. Publicações importantes desse período incluem “História dos Índios no Brasil”, de Manuela Carneiro da Cunha (1992), “Negros da Terra”, de John Manuel Monteiro (1994), e “Ensaio em Antropologia Histórica”, de João Pacheco de Oliveira (1999).

Com base nas reflexões de Ailton Krenak (2019), compreender a história indígena no Brasil é fundamental para desnaturalizar os apagamentos históricos e sociais que esses povos enfrentaram, e ainda enfrentam, em escala nacional e regional. Krenak rejeita categoricamente a ideia de que os indígenas sejam uma “minoria”, afirmando que, na verdade, compõem parte de uma maioria socialmente excluída, alijada sistematicamente dos espaços de poder, representação e memória. A emergência de novas identidades nas comunidades tradicionais, segundo ele, é o que tem garantido a visibilidade desses povos, funcionando como uma estratégia de vivência ante as contínuas tentativas de silenciamento e supressão.

A visibilidade indígena no espaço público é estruturalmente ambígua: ela emerge, de forma recorrente, associada a contextos de conflito, ameaça e violência, e não ao reconhecimento de sua permanência histórica e cultural. Como aponta Moreira (2022), a identidade indígena contemporânea rompe com a lógica colonial do “escondido no mato” e afirma-se em territórios diversos, urbanos, rurais e retomados, tensionando as narrativas hegemônicas ainda ancoradas no imaginário colonial. Analisar a história indígena, nesse contexto, não se resume à valorização de sua contribuição para a formação nacional, mas implica desarticular as bases epistemológicas e políticas que sustentam o apagamento sistemático dessas presenças.

Esse processo é particularmente evidente em regiões como o Vale do Taquari, onde a identidade local permanece fortemente atrelada à mitologia da “colonização branca”. A análise dos portais institucionais dos municípios revela um mecanismo ativo de silenciamento: a omissão de referências indígenas não é um erro circunstancial, mas parte de um projeto de negação da diversidade étnica e histórica que conforma o território. Como sintetiza Krenak (2019), a própria persistência dos povos indígenas desmonta a narrativa colonial do desaparecimento: se não foram exterminados, perderam, e o que se impõe é a história da resistência, da emergência e da reexistência desses sujeitos históricos.

Dados como esses corroboram e elucidam a questão central deste artigo. Os estudos sobre a história indígena desenvolveram-se tardiamente na academia, resultando em um distanciamento considerável entre essas produções acadêmicas e a comunidade não acadêmica. A

comunicação entre os dois grupos é praticamente inexistente, o que leva a informações superficiais e carregadas de teor etnocêntrico nos portais municipais, por exemplo. Cunha (1992) escreve que, por muito tempo, os indígenas foram vítimas de eliminação física e de apagamento enquanto sujeitos históricos.

Em relação à arqueologia, até a Primeira Guerra Mundial os estudos eram conduzidos por especialistas de outras áreas do conhecimento. Após a Segunda Guerra Mundial houve uma mudança gradual no campo da arqueologia com a crescente percepção do protagonismo indígena como agentes históricos (Funari, 2012, p. 27). Na região do Vale do Taquari os arqueólogos Pedro Mentz Ribeiro e Pedro Ignácio Schmitz foram pioneiros nas escavações arqueológicas e na coleta de materiais durante as décadas de 1960 e 1980. Posteriormente, na década de 2000, a Universidade do Vale do Taquari iniciou pesquisas acadêmicas com uma abordagem científica mais rigorosa. Essas iniciativas aprofundaram o conhecimento sobre a ocupação indígena e a história da região, promovendo uma compreensão mais detalhada e contextualizada dos vestígios arqueológicos locais.

A HISTÓRIA INDÍGENA DO VALE DO TAQUARI

O Vale do Taquari, situado no Estado do Rio Grande do Sul, insere-se em um cenário ecológico rico e dinâmico, onde a interseção entre os biomas Mata Atlântica e Pampa forneceu um ambiente propício para a adaptação humana ao longo dos milênios. Os registros arqueológicos revelam que os primeiros grupos que habitaram a região eram caçadores-coletores que, gradualmente, incorporaram práticas de manejo da paisagem e experimentação agrícola.

As evidências materiais encontradas em abrigos rochosos e acampamentos temporários indicam um uso sofisticado dos recursos naturais. Ferramentas líticas, como bifaces e pontas de projétil, refletem uma tecnologia refinada voltada para a caça, mas também para o processamento de vegetais e fibras, sugerindo uma exploração diversificada do ambiente (Binford, 1983). Além disso, a presença de restos faunísticos, como ossos de cervídeos, antas, tatus e peixes, demonstra um conhecimento detalhado dos ciclos de caça e pesca (Kreutz; Machado, 2017).

A transição para sistemas mais estáveis de produção de alimentos não se deu de maneira abrupta, mas como um processo progressivo de controle da paisagem. Gordon Childe (1971) argumenta que o domínio sobre a natureza foi sendo estabelecido à medida que grupos humanos desenvolveram tecnologias mais avançadas para obtenção e processamento de recursos. No Vale do Taquari, vestígios de estruturas para armazenamento e de cultígenos revelam que os grupos indígenas locais experimentavam formas de cultivo enquanto ainda mantinham práticas tradicionais de caça e coleta.

A ideia de que sociedades caçadoras e coletoras eram exclusivamente nômades e de subsistência imediata, tem sido cada vez mais contestada. Trigger (2004) observa que, desde os anos 1960, a arqueologia passou a reconhecer que esses grupos exploravam o ambiente e também o modificavam intencionalmente. No contexto do Vale do Taquari, o uso estratégico do fogo para manejo da vegetação, a domesticação parcial de algumas espécies e a criação de locais fixos de habitação indicam um conhecimento aprofundado dos ciclos ecológicos e uma relação de domínio sutil sobre a natureza (Schneider, 2019).

Assim, a ideia de que as primeiras populações da região viviam em uma relação puramente extrativista com o meio natural precisa ser reformulada. Em vez disso, os registros arqueológicos sugerem uma complexa interação entre caça, coleta e práticas incipientes de produção alimentar, inserindo esses grupos em uma dinâmica de transição que, em alguns casos, culminou em sistemas agrícolas estruturados. Isso reforça a necessidade de uma análise crítica da história indígena na região, reconhecendo esses povos como agentes ativos na construção e modificação de seu ambiente.

Para o contexto mais geral, entre 12.000 e 8.000 anos AP, o leste e o sul da América do Sul já se encontravam ocupados por populações caçadoras e coletoras com ampla diversidade tecnológica e territorial. As evidências, provenientes da Bacia do Prata e do noroeste uruguaio, analisadas por Rafael Suárez (2010), indicam ocupações entre o Pleistoceno final e o Holoceno médio aproximadamente entre 12.000 e 6.000 anos AP. Esses contextos apresentam sistemas de produção lítica complexos e estratégias de mobilidade amplas, que contradizem antigos modelos difusionistas ou linearmente evolucionistas. A reinterpretação das indústrias bifaciais de Catalán Chico, antes consideradas rudimentares, demonstrou processos técnicos altamente padronizados e adaptativos. Essa constatação reforça a hipótese da existência de uma rede de grupos regionais interconectados que atuavam em ambientes variados do atual sul do Brasil, Uruguai e norte da Argentina (Bueno; Dias, 2015).

Nesse panorama, os caçadores e coletores do sul do Brasil, especialmente os associados à chamada Tradição Umbu, são parte de um mosaico tecnológico mais amplo vinculado aos processos de ocupação da Bacia do Prata e das Terras Baixas Meridionais, em constante interação com as transformações ambientais do início do Holoceno. O predomínio de estratégias generalistas, a flexibilidade tecnológica e a manutenção de amplos territórios de circulação, sugerem a formação de paisagens culturais persistentes, nas quais certos vales e planícies fluviais, como os dos Rios Uruguai, Ibicuí e Taquari, funcionaram como eixos de mobilidade e reocupação ao longo de milênios (Suárez, 2010; Bueno; Dias, 2015).

Essas evidências revisadas permitem reinterpretar a colonização inicial do atual território brasileiro não como um processo segmentado em frentes sucessivas, mas como um *continuum* de adaptações regionais que se estabelecem a partir do final do Pleistoceno, consolidando no Holoceno inicial redes de circulação de matérias-primas, pessoas e saberes técnicos. Em vez de rupturas, observa-se continuidade e inovação contextual, fenômeno que encontra paralelo direto nas ocupações estudadas por Suárez em Catalán Chico, nas quais a variabilidade tecnológica reflete ajustes locais às condições ambientais e não substituições culturais abruptas (Quadrado, 2013).

Apesar das pesquisas acadêmicas e sistemáticas desde os anos 2000, a ausência de estudos sobre os primeiros grupos de caçadores e coletores da região transforma o Vale do Taquari em um “espaço em branco” na cartografia arqueológica do sul do Brasil. Embora se reconheça que grupos caçadores e coletores ocuparam este território, a falta de escavações e um quadro de datações impede uma compreensão mais detalhada das dinâmicas culturais e ambientais. Duas razões podem ter contribuído para essa situação. Primeiramente, a exuberância e a abundância de sítios arqueológicos associados a grupos agricultores, como os Guaranis e os Jês, que deixaram vestígios expressivos de aldeias, cerâmicas e estruturas de plantio, podem ter ofuscado o interesse dos arqueólogos desde as décadas de 1970 pelos contextos anteriores.

Além disso, a dinâmica dos rios da região pode ter impactado na dificuldade de preservação e identificação desses sítios. O Vale do Taquari está sujeito a frequentes inundações, com uma ou mais cheias por ano, o que pode ter soterrado vestígios arqueológicos sob camadas espessas de sedimentos aluviais. Essa intensa atividade fluvial pode ter apagado ou mascarado os registros deixados pelos antigos habitantes da região, tornando a detecção um desafio maior para a pesquisa arqueológica. Estudos mais recentes estão propondo esse novo quadro cronológico, porém nada ainda foi publicizado.

A limitada inserção do Vale do Taquari na historiografia arqueológica do Rio Grande do Sul está vinculada às lacunas na produção de conhecimento sobre a ocupação indígena e antiga no território. O Vale do Taquari, assim como outras regiões do sul do Brasil, foi historicamente habitado por grupos indígenas que moldaram a paisagem ao longo dos séculos por meio das práticas materiais e também pelas cosmologias e relações simbióticas com o ambiente. Entre essas populações, destacam-se os povos falantes das línguas Jê e Tupi-Guarani, cujas ocupações foram identificadas arqueologicamente e etnograficamente, demonstrando uma continuidade cultural que persiste até os dias atuais.

As datações radiocarbônicas indicam uma presença constante dos Jês Meridionais no Vale do Taquari desde o século 9º da nossa era, sobretudo nas áreas mais elevadas, onde predominam as matas de araucária (*Araucaria angustifolia*). Os sítios arqueológicos atribuídos a esses grupos apresentam diversas formas de assentamento, incluindo habitações subterrâneas escavadas no solo, acampamentos a céu aberto e áreas entaipadas, onde ocorrem montículos artificiais de terra associados a atividades rituais e produtivas (Beber, 2004; Corteletti; Deblasis, 2018, Corteletti *et al.*, 2021; Kozłowski; Corteletti, 2019). A análise do ambiente e da paisagem permite inferir que esses povos utilizavam os recursos naturais para a manutenção e também estruturavam os territórios a partir de relações sociais, simbólicas e espirituais.

A araucária (*Araucaria angustifolia*) era importante na vida dos Jês, indo além de uma simples fonte de alimento – o pinhão. Essa árvore era fundamental tanto para a organização econômica quanto para a cosmologia desse povo. O manejo e a dispersão controlada da araucária indicam um processo de domesticação incipiente da paisagem, demonstrando estratégias de uso sustentável dos recursos naturais que combinavam conhecimento ecológico e práticas agrícolas (Kreutz *et al.*, 2018).

Evidências recentes reforçam essa visão. Estudos de Secchi (2017) mostram que, na parte alta do Vale do Taquari, já havia cultivo de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) no século 16, muito antes da chegada dos jesuítas. Esse dado sugere que os Jês utilizavam os recursos naturais disponíveis e praticavam formas estruturadas de agricultura muito antes do contato europeu. A presença dos Jês na região é evidenciada por diversos sítios arqueológicos. Na área onde hoje está localizado o município de Arvorezinha, populações indígenas da Tradição Itararé-Taquara habitaram o território por séculos. Estudos realizados por Wolf (2013, 2016) nos sítios arqueológicos RS-T-123 e RS-T-126 confirmam essa ocupação, com datações de 1040±30 anos AP (RS-T-123) e 1140±30 anos AP (RS-T-126, conjunto 1), além de uma ocupação posterior registrada em 970±30 anos AP (RS-T-126, conjunto 2) (Wolf, 2016). Esses achados reforçam a longa permanência dos Jês no Vale do Taquari e a influência sobre a paisagem e os ecossistemas locais.

O movimento desses grupos no território também não pode ser compreendido a partir de uma lógica estática e fixa. Diferentemente das concepções coloniais de território e ocupação, a

mobilidade dos povos indígenas sempre esteve vinculada a ciclos ecológicos, rituais e históricos que podiam levar séculos para se completar. Tanto os Jês quanto os Guaranis – e atualmente os Kaingangs – mantêm um padrão de deslocamento cíclico, no qual o retorno às áreas anteriormente habitadas faz parte de uma relação de continuidade e pertencimento ao espaço. No Vale do Taquari esse processo de deslocamento e retorno é evidente, pois a região atualmente abriga mais de cinco comunidades Kaingangs, que continuam a reivindicar e ocupar territórios tradicionalmente percorridos por seus antepassados.

A arqueologia tradicionalmente concentra-se na materialidade, no que ficou preservado, mas a história indígena exige uma abordagem mais ampla, que inclua os vestígios físicos e, sobretudo, as práticas culturais, as cosmologias e os modos indígenas de conceber o território e a paisagem. A ausência de registros físicos não significa ausência de história. Pelo contrário, reforça a necessidade de estudos que considerem a oralidade, as práticas de manejo ambiental e os ritmos próprios de mobilidade dos povos indígenas, que, muitas vezes, escapam às cronologias convencionais da arqueologia ocidental.

A compreensão da presença indígena no Vale do Taquari requer uma abordagem que articule a análise arqueológica aos processos históricos, culturais e territoriais. A materialidade registrada, os sítios arqueológicos e os vestígios líticos e cerâmicos, representam apenas uma dimensão desse processo. As populações Guarani e Kaingang mantêm formas de continuidade sociocultural, que transcendem os registros materiais, expressas na relação com o território, na transmissão de saberes e nas práticas que reafirmam sua presença histórica, apesar dos efeitos cumulativos da colonização, da expropriação territorial e dos processos de invisibilização.

Schneider (2014/2015) acrescenta que processos envolvendo uma crescente pressão populacional poderiam ter levado à exploração de recursos fora do ambiente tradicional dos Guaranis, incluindo as porções mais altas dos vales, áreas litorâneas e lacustres da faixa costeira (p. 134). A expansão Guarani, devido ao aumento populacional, não foi somente uma dispersão para novas áreas, mas uma estratégia de manutenção territorial. Vários fatores contribuíram para essa expansão até o sul do atual Brasil, como guerras entre grupos indígenas, falta de terras apropriadas para o cultivo, esgotamento de terras cultiváveis, busca por novos locais de plantio, divisões internas por diferenças pessoais e questões religiosas. Assim, os Guarani procuravam ambientes ricos em recursos naturais e próximos de rios, afluentes, cascalheiras e arroios, facilitando a captação de água, o manejo agroflorestal e o cultivo doméstico.

Considerados povos colonizadores, os Guaranis organizaram-se em grandes sociedades próximas às planícies que facilitam o acesso à água. A proximidade dos rios auxiliava na agricultura, na confecção de ferramentas líticas (feitas a partir de rochas), principalmente seixos, devido à formação rochosa abundante no Vale, e na produção de cerâmica. Embora as sociedades Jês também produzissem cerâmica, utilizavam técnicas, simbologias e decorações distintas. Apesar das migrações, novas pesquisas mostram que o mesmo local poderia ser continuamente ocupado com diferentes intensidades. Schneider (2014/2015, 2019) apresentou, por meio de datações, que o sítio arqueológico RS-T-114, em Marques de Souza, foi ocupado durante 340 anos ininterruptamente entre os séculos 14 e 18. As populações Guaranis possuíam um manejo agroflorestal no cultivo de plantas, transportando alimentos de outras regiões para as novas áreas de assentamento, considerados vitais para a sustentabilidade. O manejo de cultivo também era baseado na sazonalidade do clima, o que permitiu a manutenção da cobertura ecológica e do ambiente, além da construção de florestas artificiais.

Conforme Prous (1992), as plantas cultivadas pelos povos indígenas abrangiam uma grande variedade, destacando-se o milho, além do aipim, também conhecido como mandioca “doce”, e a mandioca brava, comumente denominada “amarga”. A essa lista somavam-se a batata-doce, o feijão, o amendoim e frutas, como o ananás. Além dessas espécies de cunho alimentar, eram cultivadas também plantas não destinadas à alimentação, como o algodão e o tabaco. Essa prática agrícola diversificada visava à complementaridade nutricional, com algumas culturas capazes de se manterem ou amadurecerem ao longo de praticamente todo o ano. Ademais, destaca-se que a coleta de vegetais, segundo Prous (1992), tinha mais viés farmacêutico do que alimentar.

As práticas agrícolas dos povos indígenas no Vale do Taquari envolviam técnicas diversas, incluindo a coivara, um método que consistia na abertura de clareiras na floresta por meio da derrubada e queima da vegetação para o cultivo. Ainda, a escolha dos locais de plantio levava em consideração a proximidade de fontes naturais de água e a qualidade do solo, com preferência por regiões de planície devido ao clima mais ameno e equilibrado ao longo das estações do ano.

Com a chegada dos jesuítas, bandeirantes, europeus e africanos, os povos indígenas foram obrigados a deslocar-se para outras áreas, buscando manter sua cultura e evitar a dominação dos novos colonizadores. Evidências arqueológicas, no entanto, como as datações realizadas no sítio arqueológico RS-T-114, sugerem que os Guaranis ainda ocupavam algumas regiões mesmo após a chegada dos bandeirantes, indicando uma possível migração para locais mais afastados dos principais rios entre os séculos 18 e 19, em resposta à instalação definitiva dos imigrantes europeus.

As investigações arqueológicas apontam para a desocupação gradual dessas áreas ao longo do século 17, possivelmente devido à pressão das bandeiras paulistas ou às tentativas de redução realizadas pelos jesuítas. Esses eventos, amplamente documentados na bibliografia regional, contribuíram para a compreensão dos padrões de ocupação e deslocamento dos povos indígenas no Vale do Taquari ao longo do período colonial. Além da fuga, inúmeras populações indígenas foram capturadas e submetidas ao catolicismo, de maneira forçada ou não, com a chegada jesuítica, aniquilados pelas doenças advindas com os colonizadores europeus e batalhas entre as partes e submetidos à condição de escravizados.

Entre 1960 e 2024 pesquisas arqueológicas identificaram oficialmente 89 sítios arqueológicos no Vale do Taquari, conforme registros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Quadro 1). Esses dados demonstram que a presença indígena na região antecede e transcende em muito a chegada dos colonizadores europeus, mostrando que o processo de ocupação humana é anterior e mais complexo do que geralmente reconhecido pelas narrativas históricas convencionais.

Conforme, no entanto, relatórios de pesquisa disponíveis no Laboratório de Arqueologia da Universidade do Vale do Taquari, há mais de 200 áreas prospectadas com indícios arqueológicos que ainda não constam como sítios oficialmente registrados junto ao IPHAN. A razão para isso reside no fato de que o reconhecimento formal de um sítio arqueológico requer escavações sistemáticas e aprofundadas, as quais nem sempre são possíveis ou prioritárias nas etapas preliminares de pesquisa. As enchentes recentes, ocorridas entre 2023 e 2024, expuseram novas áreas com evidências arqueológicas, ampliando o potencial de identificação de sítios ainda não documentados oficialmente. Por essa razão, os arqueólogos da região frequentemente optam por registrar essas ocorrências como “áreas com potencial arqueológico”, até que investigações mais detalhadas possam confirmar a tipologia e o valor patrimonial.

Quadro 1 – Catálogo de Sítios Arqueológicos dos municípios do Vale do Taquari

Sítio Arqueológico	Município	Sítio Arqueológico	Município
RS-TQ-2A	Lajeado	RS-T Artur Hôrle	Teutônia
RS-TQ-2B	Lajeado	RS-T Lávio Baier	Paverama
RS-TQ-2C	Lajeado	RS-T Taquari 1	Taquari
RS-TQ-3A	Cruzeiro do Sul	RS-T-03	Muçum
RS-TQ-3B	Cruzeiro do Sul	RS-T-15	Estrela
RS-TQ-4	Cruzeiro do Sul	RS-T-16	Travesseiro
RS-TQ-10	Tabaí	RS-T-17	Paverama
RS-TQ-52	Taquari	RS-T-18	Teutônia
RS-TQ-54	Tabaí	RS-T-27	Arroio do Meio
RS-TQ-55	Paverama	RS-T-28	Arroio do Meio
RS-TQ-57	Taquari	RS-T-29	Arroio do Meio
RS-TQ-59	Paverama	RS-T-30	Arroio do Meio
RS-TQ-60	Tabaí	RS-T-60	Muçum
RS-TQ-65	Tabaí	RS-T-61	Muçum
RS-TQ-66	Tabaí	RS-T-84	Estrela
RS-TQ-70	Paverama	RS-T-85	Relvado
RS-TQ-71	Tabaí	RS-T-92	Cruzeiro do Sul
RS-TQ-72	Paverama	RS-T-100	Ilópolis
RS-TQ-80	Taquari	RS-T 101	Marques de Souza
RS-TQ-123	Lajeado	RS-T 102	Lajeado
RS-TQ-124	Lajeado	RS-T 105	Colinas
RS-TQ-125	Lajeado	RS-T 107	Lajeado
RS-TQ-126	Lajeado	RS-T 108	Colinas
RS-TQ-127	Lajeado	RS-T 110	Marques de Souza
RS-TQ-130	Lajeado	RS-T 113	Arroio do Meio
RS-TQ-131	Lajeado	RS-T 114	Marques de Souza
RS-TQ-132	Canudos do Vale	RS-T 116	Teutônia
RS-TQ-133	Forquetinha	RS-T 117	Cruzeiro do Sul
RS-TQ-136	Marques de Souza	RS-T 119	Colinas
RS-TQ-137	Putinga	RS-T 121	Coqueiro Baixo
RS-TQ-140	Tabaí	RS-T 122	Marques de Souza
RS-TQ-141	Fazenda Vilanova	RS-T 123	Arvorezinha
RS-TQ-142	Fazenda Vilanova	RS-T 124	Muçum
JTT01	Taquari	RS-T 125	Arvorezinha
RS-T 136	Roca Sales	RS-T 126	Arvorezinha
RS-T 137	Roca Sales	RS-T 127	Soledade
RS-T 138	Roca Sales	RS-T 128	Fontoura Xavier
RS-T-161	Relvado	RS-T 129	Ilópolis
RS-T-183	Relvado	RS-T 130	Arvorezinha
RS-T-224	Relvado	RS-T 132	Pouso Novo
TQ.RF.TR.1	Travesseiro	RS-T 133	Cruzeiro do Sul
TQ.RF.TR.2	Travesseiro	TQ.RF.TR.3	Travesseiro

Fonte: Os autores (2024).

A PESQUISA

Em 1995 John Monteiro conclamou os historiadores a enfrentarem a tarefa e os desafios da escrita de uma História Indígena no Brasil. Monteiro (1994) destacou que os indígenas devem ser considerados sujeitos históricos e que, ao recuperar os múltiplos processos de interação entre as sociedades e as populações surgidas com a colonização europeia, “páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista” (Monteiro, 1994, p. 228). Hill (1996) reforçou essa ideia, afirmando que as histórias indígenas se entrelaçaram com as histórias dos europeus desde que eles chegaram à América.

Escrever e promover a história indígena é um ato político. A política democrática deve proporcionar expressão e oportunidade para todas as comunidades humanas. A onipresença política nos meios de comunicação, todavia, revela a predominância de certas narrativas em detrimento de outras, em um contexto marcado pelo discurso colonial. Este discurso, moldado pela matriz de poder colonial, eleva certas formas de existência e conhecimentos à visibilidade, enquanto relega outros à invisibilidade, tachando-os de inferiores e não científicos. Essa estética colonial limita nossa capacidade de ver, sentir e pensar além do que é definido pela percepção moderno/colonial como referência (Tonial, 2017).

Essas distorções de valores são evidentes nos portais das Prefeituras do Vale do Taquari, onde, muitas vezes, a História Antiga da região é negligenciada, refletindo a escassa atenção atribuída a essas comunidades. Diante desse cenário, procedeu-se à análise dos 36 portais das Prefeituras que compõem o Vale do Taquari (Quadro 2). Para elucidação, a primeira coluna do quadro lista os municípios, enquanto as colunas subsequentes apresentam as quatro categorias de análise. Na coluna “poder” indica-se que os *websites* oficiais das Prefeituras são a fonte principal das informações declaradas. Na coluna “informação” define-se como os textos são dispostos: de forma descritiva, expositiva ou narrativa. Na coluna “negação” analisa-se se a informação é citada ao menos uma vez, parcialmente mais de uma vez ou se é inexistente. Na coluna “representação” verifica-se se as etnias são mencionadas nos portais ou não.

Quadro 2 – Resultado da análise dos portais das Prefeituras do Vale do Taquari

Município	Poder	Informação	Negação	Representatividade
Anta Gorda	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Arroio do Meio	Website oficial	Expositivo	Inexistente	Imigração europeia. Indígena. Negra
Arvorezinha	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Bom Retiro do Sul	Website oficial	Expositivo	Forte	Imigração europeia
Canudos do Vale	Website oficial	Expositivo	Parcial	Imigração europeia. Negra
Capitão	Website oficial	Expositivo	Forte	Imigração europeia
Colinas	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Coqueiro Baixo	Website oficial	Expositivo	Forte	Imigração europeia
Cruzeiro do Sul	Website oficial	Descritivo	Forte	Nenhuma etnia
Dois Lajeados	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Doutor Ricardo	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Encantado	Website oficial	Descritivo	Parcial	Indígena e europeia
Estrela	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Fazenda Vilanova	Website oficial	Expositivo	Forte	Imigração europeia

Forquetinha	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Ilópolis	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Imigrante	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Lajeado	Website oficial	Descritivo	Parcial	Indígena e europeia
Marques de Souza	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Muçum	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Nova Brésia	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Paverama	Website oficial	Descritivo	Parcial	Indígena e europeia
Poço das Antas	Website oficial	Descritivo	Parcial	Indígena e europeia
Pouso Novo	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Progresso	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Putinga	Website oficial	Narrativo	Forte	Imigração europeia
Relvado	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Roca Sales	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Santa Clara do Sul	Website oficial	Descritivo	Forte	Nenhuma etnia
Sério	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Tabaí	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Taquari	Website oficial	Descritivo	Inexistente	Imigração europeia. Indígena. Negra
Teutônia	Website oficial	Expositivo	Parcial	Indígena e europeia
Travesseiro	Website oficial	Narrativo	Forte	Nenhuma etnia
Vespasiano Corrêa	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia
Westfália	Website oficial	Descritivo	Forte	Imigração europeia

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

DISCUSSÃO

Os resultados desta análise revelam a tendência predominante de negação ou sub-representação das contribuições indígenas e de outras etnias nos portais das Prefeituras do Vale do Taquari, com o foco quase exclusivo na imigração europeia. Isso reflete a falta de reconhecimento da diversidade étnica e cultural que compõe a região, necessitando de uma revisão para uma representação mais inclusiva e precisa da história local.

A maioria dos portais adota um estilo descritivo ou expositivo na apresentação das informações, destacando, principalmente, a imigração europeia. Em muitos casos há forte negação da diversidade étnica, com a presença de outras etnias sendo pouco mencionada ou totalmente ignorada. Alguns portais, contudo, reconhecem, de forma parcial, a contribuição de populações indígenas e negras, mas, ainda assim, a narrativa é predominantemente eurocêntrica.

O apagamento e a negação da história indígena na região podem estar relacionados, em grande parte, a escritores regionais das últimas décadas do século 20, como Schierbolt e Ferri (1992). Esses autores descreveram os indígenas como “passageiros”, atribuindo-lhes um caráter de povos “atrasados” e “dóceis” no momento do contato com os imigrantes alemães e italianos. Essa narrativa, sem embasamento em pesquisas científicas rigorosas, contribuiu para a perpetuação de estereótipos e para a marginalização dos povos originários na historiografia local. Além disso, em escritos como os de Eckert (2009), os indígenas aparecem majoritariamente em poemas, lendas e relatos sem comprovação arqueológica ou documental. A popularidade

desses livros pode ter influenciado a forma como muitos responsáveis pelos portais institucionais escolheram representar a história da região, recorrendo a referências mais acessíveis, mas imprecisas.

A análise mostra que os portais frequentemente falham em abordar a diversidade étnica de maneira adequada, refletindo a memória coletiva que tende a apagar ou minimizar a presença e as contribuições dos povos indígenas e de outras etnias não europeias. Essa falta de representatividade e reconhecimento é preocupante, pois a história local não é contada de forma completa e inclusiva, o que pode perpetuar estereótipos e desinformação.

A hipótese de que há um processo de apagamento da presença indígena no Vale do Taquari pode ser analisada a partir de padrões recorrentes na historiografia regional e nas dinâmicas da colonização. Embora não se identifiquem, até o momento, registros explícitos que indiquem uma supressão deliberada dessa memória por parte dos grupos imigrantes, observa-se, nos materiais documentais, nas narrativas oficiais e na paisagem urbana, uma ausência sistemática de referências às populações indígenas. Esse padrão não parece ser meramente circunstancial ou fruto de omissão casual, mas pode estar associado à construção de projetos identitários vinculados à exaltação da colonização europeia como matriz fundacional da região. A organização seletiva da memória coletiva, expressa tanto na historiografia quanto na produção simbólica (iconografia, toponímia, monumentos), evidencia processos de silenciamento que refletem interesses históricos, sociais e econômicos específicos.

A afirmação de Schierholt (1995, p. 13) sobre um suposto consenso entre os historiadores a respeito da existência de três províncias indígenas, Ibiaçá, Tape e Uruguai, entre Laguna e o Rio da Prata, não se sustenta. Em primeiro lugar, nunca houve tal consenso na historiografia, sobretudo porque, antes de meados da década de 1990, poucos historiadores dedicavam-se ao estudo das populações indígenas no sul do Brasil. A exceção eram os arqueólogos, que, até então, abordavam a questão indígena sob a perspectiva das antigas “tradições arqueológicas”, um modelo que hoje já foi amplamente reformulado. Esse enfoque limitava-se à cultura material e às tecnologias indígenas, sem considerar as dinâmicas sociais, políticas e cosmológicas desses povos.

Além disso, o próprio conceito de “províncias indígenas”, utilizado por Schierholt, é problemático. A categorização arbitrária dessas terras não leva em conta a fluidez das territorialidades indígenas e a mobilidade dos grupos, que não seguiam divisões rígidas como as impostas por observadores externos. A designação “ibiaiaras”, emendada por Schierholt (1992, p. 13) para se referir aos indígenas do Vale do Taquari, também carece de rigor. Sabe-se que os viajantes e os padres jesuítas frequentemente nomeavam os povos indígenas de forma arbitrária, atribuindo-lhes denominações que nem sempre correspondiam às autodesignações ou identidades étnicas. No caso específico dos “ibiaiaras”, trata-se de um grupo associado ao tronco linguístico Tupi-Guarani, o que ignora a presença documentada de populações Jês Meridionais e Guaranis na região por pelo menos um milênio antes da chegada dos europeus (Kreutz *et al.*, 2018; Wolf, 2016).

Ao afirmar que esses indígenas compõem a base da população do Vale do Taquari, Schierholt (1992) simplifica um processo histórico complexo e, ao mesmo tempo, reforça a narrativa de apagamento das populações indígenas enquanto sujeitos históricos ativos. A história dos povos originários da região não pode ser reduzida a meras referências dispersas

ou a classificações imprecisas construídas sob a ótica colonizadora. O que se percebe é que obras regionais como as de Schierholt (1992, 1995), escritas entre o final do século 20 e início do 21, perpetuaram a visão dos indígenas como figuras passageiras, dóceis ou atrasadas, sem base em evidências científicas. Esse tipo de abordagem contribuiu para a exclusão dos povos indígenas da historiografia oficial e, consequentemente, para a ausência nos espaços simbólicos da memória regional.

Quanto aos portais das Prefeituras, a ausência de representações indígenas pode, sim, refletir essa negação histórica, mas não necessariamente de forma consciente ou planejada. Pode-se argumentar que a falta de representações se deve à escassez de pesquisadores que tragam essa pauta para o debate público e ao desinteresse das gestões municipais em promover uma identidade que inclua os povos originários. Essa omissão, entretanto, não é neutra: ao priorizar símbolos ligados à imigração europeia, reforça-se uma narrativa de pertencimento que exclui os indígenas da história regional.

Ainda, portanto, que não haja um documento específico provando um “apagamento intencional”, os indícios históricos, a ausência sistemática de registros e o viés da historiografia regional sustentam a hipótese de que essa negação foi construída ao longo do tempo, seja por omissão ou seja por uma escolha ativa de valorização da colonização europeia em detrimento da ocupação indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente pesquisadores acadêmicos realizaram um levantamento minucioso de 11 livros regionais que narram a história dos municípios do Vale do Taquari. Após a leitura crítica e análise detalhada, constatou-se que, quando as populações indígenas são mencionadas, essas referências são superficiais e insuficientes. Os autores desse estudo, ao examinarem as obras publicadas acerca do povoamento do território entre 1972 e 2016, observaram que os dados são frequentemente resumidos, baseados em fontes desatualizadas e repletos de equívocos sobre a cultura indígena, com forte conotação etnocêntrica (Kreutz *et al.*, 2018).

Apesar de as pesquisas arqueológicas no Vale do Taquari remontarem à década de 1960, muitos pesquisadores regionais ainda demonstram uma resistência considerável em integrar esses dados nas análises. Essa postura resulta na exclusão do reconhecimento da participação indígena na formação do território, ignorando o fato de que estas populações têm habitado a região há mais de 8 mil anos. Este período é incomparavelmente mais longo do que o da imigração europeia, que se iniciou por volta de 1824.

O impacto dessas obras é diretamente refletido no conteúdo dos portais das Prefeituras. A análise dos portais apresenta que as menções às populações indígenas são escassas e, quando presentes, são extremamente breves em comparação às narrativas a respeito da imigração europeia. Além disso, essas poucas menções não representam adequadamente a complexa história indígena de cada município. Novos movimentos políticos e culturais, no entanto, estão emergindo para discutir as populações historicamente negadas. As Conferências Municipais de Cultura, promovidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, cuja segunda edição ocorreu em 2023, são um exemplo desse esforço. Apesar disso, a participação social nessas discussões ainda é limitada, e temas relacionados à cultura não têm ocupado um espaço importante na pauta social.

Os resultados deste estudo sublinham a urgência de uma revisão crítica dos conteúdos apresentados nos portais das Prefeituras do Vale do Taquari. É importante que as informações sejam mais inclusivas e representem a diversidade cultural e étnica da região, reconhecendo e valorizando a presença indígena e de outras etnias ao lado da imigração europeia. Este é um passo para promover a compreensão da história local e para fomentar uma sociedade consciente da herança cultural.

A Educação Patrimonial é um poderoso instrumento de “alfabetização cultural”, possibilitando aos indivíduos uma leitura mais completa da diversidade étnica, racial e cultural. Ela estimula a valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. Nesse sentido, embora as contribuições arqueológicas no Vale do Taquari e a Educação Patrimonial sejam iniciativas relativamente recentes, é urgente buscar novas alternativas públicas e educacionais. Também são necessárias abordagens mais assertivas para compreender as diferentes culturas que compõem nossa territorialidade e a história dessa população, conforme previsto na Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2023b).

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída após 2020, a proposta é identificar os patrimônios históricos e culturais da cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados. Acredita-se que essa prerrogativa pode levar gestores e docentes com pouca experiência nesse campo a aumentar ainda mais a distância entre o que pode ser considerado patrimônio edificado como histórico das elites e as representações culturais em todas as esferas sociais.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define a educação patrimonial como processos educativos formais e informais que utilizam o patrimônio cultural para entender as referências culturais de uma sociedade. O objetivo é promover o reconhecimento, a valorização e a preservação desse patrimônio. A abordagem pode ser coletiva e democrática, incentivando o diálogo entre agentes culturais e sociais e a participação das comunidades que detêm essas referências culturais, respeitando as diversas concepções de patrimônio – IPHAN-Mais Educação (Brasil, 2023a).

A incorporação da Educação Patrimonial no ensino é necessária para que o patrimônio cultural seja reconhecido em suas diferentes dimensões, dos monumentos às práticas culturais cotidianas das comunidades. Essa abordagem reduz a distância entre o patrimônio historicamente valorizado e as expressões culturais das diversas camadas sociais, ampliando a compreensão sobre o que constitui herança cultural. Nesse sentido, a efetivação de ações educativas voltadas à Educação Patrimonial nas escolas, por meio de programas municipais integrados ao currículo e de projetos de extensão universitária, pode ser uma das alternativas. A Educação Patrimonial pode ser um instrumento estratégico para o ensino da história indígena e atua no combate à reprodução de discursos racistas e etnocêntricos.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, on-line*, v. 19, n. 33, p. 35-49, 2010. ISSN 0104-7043
- BANIWA, Gersem. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: Laced: Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/index.htm>
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEBER, Marcus Vinícius. *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2004.

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. v. 1. (Série Obras Escolhidas).
- BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 45-86, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/105058>. Acesso em: 7 out. 2025.
- BINFORD, Lewis R. *In pursuit of the past: decoding the archaeological record*. London: Thames and Hudson, 1983.
- BNCC. Base Nacional Comum Curricular. *Base Nacional Comum*. Disponível em: <http://basenacional-comum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *IPHAN-Mais Educação: diretrizes para a educação patrimonial*. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2023, 120 p.
- BRASIL. *Lei n. 10.639/2003*, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.
- BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. Aspectos da Arqueologia Brasileira. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 83, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100009>. Acesso em: 7 out. 2025.
- CARIÉ, Nayara Silva de; LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. Da história dos índios às histórias indígenas: descolonizando o ensino de história. *Educação*, Santa Maria, v. 43, n. 4, p. 773-790, 2018.
- CHILDE, V. Gordon. *A evolução cultural do homem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- CORTELETTI, R.; DEBLASIS, P. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. *Revista Memore*, v. 5, p. 132-164, 2018.
- CORTELETTI, Rafael; SOUZA SOARES, Manuela; LABRADOR, Bruno; DEBLASIS, Paulo. Southern Jê engravings at Morro do Avencal: Preliminary archaeometrical analysis and interpretation of a rock shelter in Southern Brazil. *Journal of Archeological Science Reports*, v. 35, p. 102.721, 2021.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado. *Inovação e tecnologia da comunicação e informação na administração pública*. Brasília: Enap, 2019.
- ECKHARDT, Rafael Rodrigo. Zoneamento ambiental do Vale do Taquari-RS. 2005. Monografia (Graduação em Ciência Biológicas) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, RS, 5 jun. 2005. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/0cc23a62-859d-458d-b0a4-d5d26ae1d1d1/content>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ECKERT, Kleber. *Leituras nativas de região: as relações de regionalidade no Vale do Taquari*, RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 115-124, jul./dez. 2001.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, 2012.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Arqueologia das Sociedades Indígenas no Pantanal*. Campo Grande: Oeste, 2004.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Da pré-história à história indígena: (Re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 16, p. 71-86, 2003.
- ESBELL, Jaider (org.). *Makunaimã: o mito através do tempo*. São Paulo: Elefante, 2019.
- ESBELL, Jaider. *Jaider Esbell*. Rio de Janeiro: Azougue, 2018b (Coleção Tembetá).
- ESBELL, Jaider. Makunaimã: o meu avô em mim! *Iluminuras*, v. 19, n. 46, p. 11-39, 2018c.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 27.
- GALDAMES, Osvaldo. *Etnohistoria o historia indígena?* Encuentro de Etnohistoriadores. Santiago: Universidad de Chile, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HILL, Jonathan (org.). *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1942-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HISTÓRIA da Cidade de Canudos do Vale. Prefeitura de Canudos do Vale, RS. Disponível em: <https://www.canudosdovale.rs.gov.br/php/historia.php>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA do Município de Muçum. Prefeitura de Muçum, RS. Disponível em: <https://mucum.rs.gov.br/historia/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA do Município. Prefeitura de Arvorezinha, RS. Disponível em: <https://www.arvorezinhas.com.br/cidade>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA do Município. Prefeitura de Ilópolis, RS. Disponível em: <https://www.ilopolis.rs.gov.br/cidade>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA do Município. Prefeitura de Imigrante, RS. Disponível em: <https://www.imigrante-rs.com.br/cidade>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA do Município. Prefeitura de Teutônia. Taquari, RS. Disponível em: <https://teutonia.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA de Colinas. Colinas, RS. Disponível em: <https://www.colinasrs.com.br/index.php/o-municipio/historia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA do município de Dois Lajeados, RS. Disponível em: <https://www.doislajeados.rs.gov.br/pagina/historia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA de Nova Bréscia, RS. Disponível em: <https://novabrescia.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA da Prefeitura de Estrela, RS. Disponível em: <https://estrela.atende.net/cidadao/pagina/historia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA da Prefeitura de Lajeado, RS. Disponível em: <https://www.lajeado.rs.gov.br/conteudo/3028/931?titulo=LAJEADO>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA da Prefeitura de Progresso, RS. Disponível em: <https://www.progresso.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA da Prefeitura de Westfalia, RS. Disponível em: <https://www.westfalia.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA de Roca Sales, RS. Disponível em: <https://rocasales-rs.com.br/municipio/historia/#:~:text=Teve%20seu%20nome%20original%2C%20Conventos,pertencia%20ao%20munic%C3%ADpio%20de%20Estrela>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRIA de Travesseiro, RS. Disponível em: <https://travesseiro.rs.gov.br/pagina/id/1004/?historico-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Cidade de Santa Clara do Sul. Governo Municipal de Santa Clara do Sul, RS. Disponível em: <https://www.santaclaradosul.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Administração Municipal de Encantado, RS. Disponível em: <https://encantado.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Taquari, RS. Disponível em: <https://www.taquari.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Bom Retiro do Sul, RS. Disponível em: <https://bomretirodosul.rs.gov.br/artigos/fixo/1202>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Coqueiro Baixo, RS. Disponível em: <https://coqueirobaixo.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Cruzeiro do Sul, RS. 1988. Disponível em: <https://cruzeiro.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Doutor Ricardo, RS. Disponível em: <https://doutorricardo.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Fazenda Vilanova, RS. Disponível em: <https://www.fazendavilanova.rs.gov.br/pagina/view/9>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Paverama, RS. Disponível em: <https://paverama.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO da Prefeitura de Tabaí, RS. Disponível em: <https://tabai.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HISTÓRICO de Putinga, RS. Disponível em: <https://putinga.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

- KAMBEBA, Márcia Wayna. *O lugar do saber*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
- KNOB, Pedro; KNOB, Darcísio; STEFFEN, Alex. *Histórico*. Município de Poço das Antas. Disponível em: <https://www.pocodasantas.rs.gov.br/pagina/historico>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOZŁOWSKI, Henrique; CORTELETTI, Rafael. Paisagem de mobilidade Jê Meridional do Alto Vale do Ribeira de Iguape. *Arqueologia*. UFPR: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, v. 22, p. 1-24, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. *Terra Livre*, n. 6, ago. 1989.
- KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli G. *O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. 1. ed. Lajeado, RS: Univates, 2017. E-book. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/223/pdf_223.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli T. G.; FIEGENBAUM, Jones. Abordagens para o ensino da pré-história regional. *Revista Thema*, Pelotas, RS, v. 15, n. 4, p. 1.387-1.403, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1030>. Acesso em 10 jun. 2024.
- KREUTZ, Marcos Rogério; SANTOS, Paula Dresch dos; MACHADO, Neli G.; LAROQUE, Luis Fernando. A colonização Guarani nas planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. *Tellus*, n. 27, 33-66, 28 maio 2015. DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i27.320>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- KREUTZ, Marcos Rogério; SCHNEIDER, Patrícia; SANTOS, Paula Dresch dos; MACHADO, Neli G. *Educação patrimonial: dinâmicas da colonização humana no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. 1. ed. Lajeado, RS: Univates, 2018.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- LIMA, Marília Freires de; ARAÚJO, Jefferson Flora Santos de. A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 23, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/23/a-utilizacao-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-como-recurso-didatico-pedagogico-no-processo-de-ensino-aprendizagem>
- MARQUES de Souza: uma cidade empreendedora e pujante. Prefeitura de Marques de Souza, RS. Disponível em: <https://www.marquesdesouza.rs.gov.br/prefeitura>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n.1 edições. 2018.
- MEC. Ministério da Educação. *Educação Patrimonial: Programa Mais Educação*. Brasília: IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017a.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017b.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina: la derecha, la izquierda y la opción decolonial. *Crítica y Emancipación*, ano 1, n. 2, 2009.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MOREIRA, Adriano De Lavor. “Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato”: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak. *Revista de Antropologia*, São Paulo, on-line, v. 65, n. 3, e202285, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202285>
- MUNDURUKU, Daniel. *Histórias de índio*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1997.
- MUNDURUKU, Daniel. *Histórias que eu vivi e gosto de contar*. São Paulo: Callis Editora, 2006.
- MUNDURUKU, Daniel. *Literatura x literatura indígena: consenso? A produção de literatura dos indígenas brasileiros*. Daniel Munduruku: 20 anos de literatura, 12 fev. 2016. Disponível em: <http://danielmunduruku.blogspot.com/2016/02/literatura-x-literaturaindigena.html>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, José Eremitas de. *Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória*. *Prosa Uniderpjun*, v. 3, n. 1, p. 39-48, 2003.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 6, n. 2, 2003.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 7-31, set./dez. 2020.
- POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumín Edições, 2018.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- QUADRADO, Chaiane Alves. Resenha: Suárez, Rafael. *Arqueología prehistórica en la localidad arroyo Catalán Chico: investigaciones pasadas, replanteo y avances recientes*. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas, v. 10, n. 20, p. 268-273, 2013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 118-142.
- RELVADO antes de ser Relvado. Prefeitura de Relvado, RS. Disponível em: <https://relvado.rs.gov.br/pagina/id/1003/?historia-de-relvado.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I*. Lajeado: Prefeitura, 1992.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado II*: APEUAT – Raízes do Ensino Superior. Lajeado: José Alfredo Schierholt Editor, 1995.
- SCHNEIDER, Fernanda. *Interpretação do espaço Guarani: um estudo de caso no sul da bacia hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, RS. 23 abr. 2015. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/b1347b37-63be-4656-959f-918b678718d9>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- SCHNEIDER, Fernanda. *Poder, transformação e permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Lajeado, 30 abr. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2613>
- SCHROEDER, Carla Jaqueline. *História e povoamento*. Arroio do Meio, RS. Disponível em: <https://arroio-domeio.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- SECCHI, Mariela Inês. *Evolução ambiental durante o Quaternário Superior em Arvorezinha/RS: um milênio de influência humana na alteração florestal*. 2017. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Desenvolvimento, Lajeado, 2017.
- SUÁREZ, Rafael. *Arqueología prehistórica en la localidad arroyo Catalán Chico: investigaciones pasadas, replanteo y avances recientes*. Montevideo, Uruguay: Universidad de la República, 2010.
- TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR., Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. *Rev. Psicol. Unesp*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 18-26. 2017. ISSN 1984-9044. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-90442017000100002&lng=n. Acesso em: 20 nov. 2023.
- TRIGGER, Bruce. *Etnohistoria: problemas y perspectivas*. Trad. C. T. Michieli. San Juan, 1982.
- TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. 2. ed. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.
- VALE do Taquari tem 363 mil habitantes, conforme prévia do Censo 2022 do IBGE. *Independente*, Lajeado, RS. 28 dez. 2022. Disponível em: <https://independente.com.br/1-vale-do-taquari-tem-363-mil-habitantes-conforme-previa-do-censo-2022-do-ibge/>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- WOLF, Sidnei; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; JASPER, André. Arqueologia espacial e o Guarani no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 10, n. 19, 2013.
- WOLF, Sidnei. *Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto*. 2016. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, RS. jul. 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/5a6c282e-97a8-496d-9468-72534b3adfb>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Autor Correspondente

Neli Teresinha Galarce Machado

Universidade do Vale do Taquari – Univates

Av. Avelino Talini, 171 – Universitário, Lajeado/RS, Brasil CEP 95914-014

ngalarce@univates.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

